

A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA CRÍTICA: O PARA A CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

¹ Patrícia Camila Leite Lima
² Marcos Aurelio Alves
³ Luiz Araken Neves Pinho
⁴ LINDOSO, Wellyssiane S.

RESUMO

Este trabalho traz reflexões acerca das práticas ambientais e a influência da Teoria Crítica da Administração na Educação Ambiental. Esta teoria proporciona reflexões acerca da dominação que grupos exercem sobre outros, e tem por finalidade, conscientizar as massas oprimidas e alienadas, através da educação emancipatória e da auto-reflexão. O consumo mundial sofre diversos tipos de influências, dentre os quais se podem destacar: os avanços tecnológicos, as estruturas comerciais, os meios de comunicação, o crescimento populacional. A busca incessante pelo lucro faz com que as empresas estimulem o consumo, e para atender esta demanda de consumidores ávidos por novidades, requer-se o aumento da capacidade do processo produtivo, refletindo no aumento da exploração ao meio ambiente. As instituições no intuito de continuar lucrando, passam a divulgar que adotam práticas sustentáveis, que isto muitas vezes não passa de falácias, pois sabe-se que a conscientização só pode ser obtida com educação libertadora, que se baseia no diálogo ao invés do dogma.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental, Teoria Crítica, Conscientização.

INTRODUÇÃO

Informações sobre a degradação ambiental e os danos na natureza chegam às pessoas através dos diversos tipos de mídia. A escassez de recursos naturais provocam reflexão nas possíveis medidas resolutivas a serem tomadas, no intuito que os avanços tecnológicos e o desenvolvimento econômico, não provoquem mais danos ao planeta e ao meio ambiente. Medidas que promovam o desenvolvimento sustentável do planeta, são necessárias para que seja assegurada a sobrevivência da espécie humana.

O consumo é um reflexo do que as organizações nas ações humanas. Conforme Morgan (1996), as organizações são fenômenos psíquicos, no sentido de

¹ Especialista em Administração de Recursos Humanos pela Faculdade Vale do Salgado, Administradora pela Faculdade Vale do Salgado

³ Mestre em Administração pela Universidade de Fortaleza, Especialista em Recursos Humanos, Administrador pela Universidade de Fortaleza

³ Mestre em Economia pela Universidade de Barcelona, com convalidação na UFRJ.

⁴ Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Ateneu, Fortaleza-CE.

que são processos conscientes e inconscientes que as criam e as mantêm como tais, com a noção de que as pessoas podem tornar-se confinadas ou prisioneiras de imagens, idéias, pensamentos e ações que esses processos podem gerar.

A sociedade consumista exerce pressão sobre o meio ambiente, os processos de fabricação de bens geram efeitos no meio ambiente, todavia, todo produto contém matérias vindo da natureza e o que é descartado acaba voltando para o ambiente, o consumo é um reflexo, um resultado da relação do homem no meio que vive. Embora a humanidade possa ter comprometido a qualidade de vida e o futuro, ainda há potencial para ações que possibilitem e proporcionem a minimização destes problemas, bem como, a resolução dos mesmos.

O discurso acerca da sustentabilidade ganha força em diversas áreas da sociedade, seja pela a mídia, pela comunidade acadêmica, nas conversas informais, na política. Embora estes discursos tendam a ser superficiais. O consumo sustentável depende do nível de conscientização dos indivíduos, que devem consumir bens respeitando e reconhecendo a escassez dos recursos naturais. Isso provoca uma mudança de paradigma cultural do “ter” para a o “ser”, o consumidor engajado com boas práticas de consumo é visto com um ator social, proativo, que refletem mudanças benéficas.

A educação para o consumo pode ser a solução, pois contribui para a formulação de nova mentalidade voltada para a sustentabilidade e a formação de cidadania. Deve-se buscar equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente, a educação torna-se uma vertente que proporciona uma postura ética, responsável e solidária em relação ao coletivo e ao meio ambiente, para que a humanidade sobreviva às leis do mercado. Mas esta educação só terá efeito se for feita através do dialogo ao invés do dogma.

A mídia através de seus instrumentos e propagandas estimula o consumo de produtos e serviços modernos, atualizados, bens com design arrojados, porém de pouca durabilidade. E os indivíduos no intuito de se sentirem inseridos na sociedade atual, compram sem refletir nas conseqüências de suas ações, no meio ambiente. Dentro deste contexto se questiona: como a educação pode contribuir para a sociedade na solução dos problemas ambientais existentes? A sociedade ocidental embora aparente preocupada com a sustentabilidade, se utiliza de uma cultura de dominação, a fim de manter o desenvolvimento econômico, assim sendo só a educação é capaz de proporcionar a reflexão e a mudança de hábito de consumo.

A crise ocasionada no meio-ambiente, esta relacionada com a sociedade do consumo, que além das pressões ambientais, promove desigualdades sociais, baseadas no poder de consumo. O consumidor-cidadão é aquele que adota uma postura consciente em relação à compra de bens e serviço, e a instituições de ensino desempenham papel fundamental na formação destes indivíduos, pessoas que questionem o modelo de desenvolvimento econômico, que utiliza de forma irracional os recursos naturais.

1. A TEORIA CRITICA

A Teoria Critica é um reflexo das questões contemporâneas, e provocou um grande impacto na cultura ocidental, pois aborda a dominação que determinados grupos exercem sobre os outros, sejam na organização o na forma de ditar o consumo. Sua meta é libertar os oprimidos através de educação e da auto-reflexão.

A partir da Revolução Industrial o mundo desenvolveu suas tecnologias, sua economia baseada nos pressupostos modernistas, que se baseia na lógica capitalista de acumulo de riqueza, favorecendo os grupos dominantes em relação aos dominados, embora esta realidade tenda ser escondida ela acaba sendo evidenciada de uma forma ou de outra (HUBERMAN, 1986).

As críticas buscam mostrar de forma racional que as coisas, geralmente, não são como aparentar ser, assim oferecem novas perspectivas para se interpretar a realidade que se mostra em diversas formas, proporcionando reflexão e análise de acordo com que se é apresentado e percebido. Na realidade o grupo dominante só mostra aquilo que o interessa, e que o grupo dominado, recebe informações muitas vezes alienantes que o induzem ao consumo de forma irracional.

A ordem econômica induz as pessoas a dependerem de situações dadas em relação às quais são impotentes, bem como a se manter numa situação de não-emancipação. Se as pessoas querem ser incluídas socialmente, nada lhes resta senão se adaptar à situação existente, se conformar (ADORNO, 1995, p. 43).

Os teóricos críticos mostram que o problema básico é ligado a idéia de que os humanos caem em armadilhas preparadas pelas suas preocupações, imagens e conceitos com a necessidade de crítica radical desta situação. Enquanto os indivíduos criam a sua realidade, freqüentemente, e o fazem de formas confinadoras e alienantes (MORGAN, 1996).

A organização como ideologia poderia ser um grande argumento a ser desenvolvido por si só. Isto iria requerer que uma tentativa fosse feita no sentido de compreender como a vida organizacional reflete um processo de construção da realidade baseada em poder, além de determinar como as pessoas se tornam alvo de idéias que servem a conjuntos específicos interesses (MORGAN, 1996).

A dominação no mundo das corporações, especialmente no que diz respeito a como as organizações freqüentemente exercem um impacto negativo junto a seres humanos e o meio ambiente, aparecem com regularidade na maioria dos jornais e revistas especializadas em negócios. A metáfora da organização traz para o centro da atenção o lado avesso da vida organizacional, convidando a examinar a extensão na qual representa um aspecto intrínseco do modo pelo qual se decide organizar.

Na maioria das vezes, quando estas questões são tratadas na teoria organizacional, as mesmas são vistas como infortúnios, ou então, como efeitos colaterais não intencionais, ou ainda como questões ligadas à ética da organização e ao relacionamento entre esta e a sociedade.

Varias empresas, possuem registros bastante questionáveis no que diz respeito ao impacto que causam no ambiente, na força de trabalho das fábricas e no Terceiro Mundo. Com isso percebe-se que são dominantes as instituições nas colocações sobre a natureza e sucesso das organizações na sociedade moderna. Embora tenha obtido uma condição desenvolvida e admirável em termos e certos aspectos da prática gerencial interna, existe sempre um lado avesso desta excelência que quase sempre é complementemente ignorado (MORGAN, 1996).

O conceito de imaginação procura desenvolver uma atividade proativa em relação ao modo pelo qual as organizações são e como elas poderiam ser. As pessoas podem mudar as organizações e a sociedade, mesmo que a percepção e a verdade, ou as relações de poder verificadas através da história possam tornar, às vezes, a mudança difícil.

A realidade deve ser construída e não imposta; reconhecer que ver e compreender o mundo é sempre um ver como, em vez de um ver como sendo; e levar em conta uma ética e uma responsabilidade social em relação às conseqüências pessoais e coletivas do modo pelo qual vemos e agimos na vida cotidiana, difícil como isto possa ser (MORGAN, 1996).

A dominação gera um sistema totalitário que se reproduz em razão das contradições onde são escondidas do próprio sistema, pois o poder é concentrado para se manter e o espaço para as reflexões e críticas são oprimidos. A sociedade é manipulada, para que fique calada diante do que acontece no cotidiano, para que os interesses da minoria (dominante) prevaleça anti à maioria (dominada) (ADORNO, 1995).

A sociedade moderna é totalitária e reprime os interesses individuais, visto que se os seres humanos pudessem buscar seus objetivos individuais, ficaria praticamente impossível perpetuar uma sociedade duradoura, que assegura o progresso social e econômico, assim as organizações têm o papel central e repressor na sociedade, onde se explora o meio ambiente a força de trabalho para que seja garantida a racionalidade do sistema (MARCUSE, 1968)

Segundo Morgan (1996), as pirâmides do Egito é a representação máxima da exploração humana, é um símbolo do trabalho forçado e braçal de grande parte da população para que apenas uma pequena parte daquela sociedade fosse beneficiada. Isso mostra que antes mesmo da Revolução Industrial, a sociedade vem sendo doutrinada a aceitar as decisões sociais como legítimas, mesmo que tais decisões contradigam e frustrem os desejos e aspirações individuais.

Na sociedade moderna a racionalidade passou a ser um instrumento de perpetuação da repressão social, que oprime ao invés de libertar. Neste contexto a Teoria Crítica visa libertar e emancipar o ser humano através da conscientização e da auto-reflexão, onde as pessoas podem perceber que sua consciência é ideologicamente falsa e que a coerção que sofrem é auto-imposta, pelos próprios oprimidos, quando isto é percebido, a coerção enfraquece e os envolvidos podem ser emancipar (RAMOS, 1989).

Objetivo da crítica é o reconhecimento da repressão e dos problemas que englobam: condições de trabalho, preconceito sexual, controle do intelecto das pessoas, destruição do meio natural em razão do desperdício e da poluição (ALVESSON e DEETZ, 1999).

A crítica deve trazer a emancipação e restringir as institucionais, e isso só pode ser alcançado pela prática de auto-reflexão coletiva. Existem formas de conhecimento que são necessárias para se ser livre e uma crítica emancipatória como o marxismo ou o freudismo ou qualquer forma de conhecimento que tornar o indivíduo liberto (EAGLETON, 1997, p. 121).

Para Teoria Crítica é impossível se construir um sociedade justa, igualitária e consciente, sem reflexão e consenso. Conforme os teóricos críticos as políticas locais são fracas e não combatem a dominação, por isso devem ser implementadas ações integradas e planejadas que combatam os problemas socioambientais.

2. O CAPITALISMO E O MEIO AMBIENTE

O mundo ocidental vem se envenenando gradativamente com, comidas adulteradas, venda de cigarros e bebidas, tais toxinas ocasionam influência e

mutações do padrão genético humano, tornando imprevisível o que vira para as próximas gerações. O mesmo ocorre com o meio ambiente, as organizações produzem toneladas de resíduos tóxicos nos recursos naturais (MORGAN, 1996).

Desde a revolução industrial, a capacidade do ser humano de intervir na natureza, ocorre de forma ostensiva, houve uma expansão da exploração do mineral, da produção econômica, aliada ao crescimento populacional, impactando de forma negativa no meio-ambiente (ROMEIRO, 2003).

A concepção antropocêntrica instrumentalizadora e utilitarista da natureza é a responsável pelos danos causados no meio ambiente, e possui influência judaico-cristã que colaborou para a construção do paradigma mecanicista. Tal concepção fez com que o capitalismo ascendesse, desencadeando uma série de eventos culturais e políticos, e práticas socioeconômicas insustentáveis relacionadas à preservação do meio ambiente e a própria existência humana (SOFFIATI, 2002).

O capitalismo tende a ser totalitário, pois é um sistema que não permite outras formas de organização econômica, política e social expressa suas tendências individuais. Instituído uma sociedade de produtores e consumidores, em que o individualismo esmaga a individualidade e o consumismo se apresenta como a principal forma de sublimação dos indivíduos, ao mesmo tempo em que os torna alienados, o capitalismo pratica a barbárie silenciosa, reproduzida pela razão subvertida. (HORKHEIMER 2000).

A globalização para integrar as pessoas, no entanto, estas não estão aptas a refletir sobre que impactos realmente isto significa em suas vidas. Assim alguns questionamentos devem ser feitos. Será que todos os países são beneficiados pela globalização? Por que umas culturas tendem a ser mais dominantes que a outras? Até que ponto um país deve perder sua identidade, autonomia, soberania para estarem inserido na “globalização”? Quais os países que mais se beneficiam com globalização? Escrever sobre globalização faz com que se reflita sobre os impactos que esta causa na vida humana (BOURDIEU, 2003)

Globalização estimula a sede por novas aquisições, uma vez que, para estar inserido neste novo mundo, todos devem consumir, o consumismo é incentivado como forma de inserção nas sociedades, e pode ser relacionado uma nova forma de aceitação, o indivíduo deve se destacar em relação aos demais e deve ser espelhar na forma se vestir, comer, falar de acordo como o “globalizador”, ou seria “colonizador”? Enquanto os países mais pobres perdem sua identidade, ao adquirir em características dos países mais ricos. Não se podem negar os benefícios trazidos pela globalização tais como: acesso a novas informações, estreitamento de fronteiras, proximidade dos povos, partilha de valores, avanços na medicina, melhorias nas formas de comunicação. O que deve ser questionado os impactos que são causados e verificar se realmente todos os países envolvidos estão se beneficiando com tais políticas. O que deve ser questionado se os benefícios superam os males trazidos por ela.

Crise ambiental pode ser sentida por toda sociedade e pelo ecossistema, embora os danos ocasionados a sociedade do consumo, sejam difícil de mensurar, bem como os impactos ocasionados pelo desenvolvimento socioeconômico.

A sociedade cria através, da propaganda necessidades artificiais, aumenta-se assim a fabricação e o consumo de bens descartáveis, no intuito de estimular vendas, isso refletiu nas mudanças que se destinam não apenas a melhoria dos produtos e sim na possibilidade de vender mais o produto. A produção e consumo

geraram pressões nos recursos naturais (consumo de matéria-prima, água, energia, combustíveis fósseis), assim os impactos ambientais tende a ser irreversíveis, as necessidades humanas podem ser ilimitadas, os recursos naturais. (DIAS, 2002).

Para Morin e Kern (2003), ao se desenvolver a sociedade acreditou que poderia sacrificar tudo em prol deste desenvolvimento, porém, a visão da natureza somente pelo prisma econômico deve ser substituída por uma consciência ambiental, onde tudo esta interligado e integrado de forma interdependente, indispensável para a continuidade para existência da humanidade. O crescimento econômico tanto afeta o meio ambiente, como também é afetado por ele, uma vez fazem parte do mesmo sistema e interação entre si.

As possíveis conseqüências das alterações climáticas são: elevação dos níveis dos oceanos devido o derretimento de geleiras e calotas polares; mudanças nos regimes de chuvas e ventos; aumento do numero de deserto; perda da biodiversidade; perda de áreas agricultáveis; aumento de risco de incêndio. Estas mudanças podem comprometer a sobrevivência da espécie humana (PERREIRA e MAY, 2003).

Conforme Furriela (2001), durante várias gerações as ações dos seres humanos na natureza, causam impactos nocivos ao ecossistema, tais como, queima de combustíveis fosseis e ozônio . A emissão de poluentes no ar afetou as pessoas e elevou o clima de diversas regiões, um consumidor consciente pode promover medidas que minimizem estas ações, reformulando seus hábitos.

As atividades agrícolas, industriais e comerciais, poluem e contaminam os recursos hídricos, tanto como os dejetos gerados pelos seres humanos. A água é fundamental para a vida humana, que é distribuída de forma desigual, enquanto alguns países têm em abundância, em outros são escassos, e a população mundial aumenta a cada ano. Cerca de um quinto da população mundial não tem acesso à água potável. Por isso se faz necessário a intervenção da educação, para que os consumidores evitem o desperdício de água.

Embora boa parte das pessoas não esteja preocupada com a quantidade de água gasta para escovar os dentes, tomar banho ou lavar a louça ou o carro, o consumidor consciente está atento à economia da energia elétrica e à escassez da água potável, preocupar-se em produzir lixo biodegradável e colaborar com a reciclagem de lixo. (WALDMAN & SCHNEIDER 2000).

O desenvolvimento sustentável passa a ser um grande desafio, pois envolve aspectos econômicos, sociais e ambientais. O equilíbrio entre o desenvolvimento socioeconômico e a preservação do meio ambiente, deve ser uma meta para humanidade, para que sejam atendidas as necessidades em curto prazo. As pessoas devem se preocupar em assegurar que próximas gerações também atendam suas próprias necessidades (MOUSINHO, 2003).

A imposição do capitalismo gerou a crise ambiental presente, as crises podem ser vistas como conseqüências e não as causas dos desequilíbrios, a fome ou a exclusão são reflexo da sociedade antropocêntrica de mundo, cuja visão determinava que o ser humano pudesse dominar a natureza, a fim de satisfazer as necessidades humanas. A humanidade deve ser conscientizada de que sem um ambiente saudável, o crescimento econômico e as novas tecnologias de nada adiantarão, pois os mesmo não se mostram capazes de superar as perdas ambientais.

A Educação Ambiental é uma alternativa a superação dos problemas ambientais, pois pode conscientizar os indivíduos, a fim de que, alterem seus hábitos e adotem práticas que respeitem e preservem o meio ambiente. A educação se mostra uma via alternativa de conscientizar a população em relação à melhoria no processo de produção e distribuição de riqueza, bem como a preservação ambiental, repensando a sociedade que o elemento humano domina a natureza, substituindo pelo novo paradigma da relação harmônica e equilibrada destes agentes.

As iniciativas educativas na formação do consumidor podem estimulá-lo a algumas ações, tais como: evitar consumo de combustíveis fósseis em demasia; buscar alternativas energética, cujo os impactos na natureza seja mínimo; minimizar o consumo de energia elétrica; promover campanha de coletas seletivas; envolver-se em trabalho voluntários de proteção e preservação ambiental; evitar consumir bens que resultem na exploração inadequada da natureza.

O desenvolvimento econômico induz o alto padrão de consumo, acarretando efeitos colaterais ao meio ambiente, estes efeitos não podem ser tratados sem que os padrões de consumo sejam alterados, pois o capitalismo se enraizou, induzindo as pessoas consumirem além do necessário, e as empresas não param de produzir, e os consumidores ficam ávidos por novos bens para adquirir, embora nem sempre haja necessidade real de compra, o consumo faz com que as pessoas possam acompanhar a tendência da moda, para se sentir mais integrado socialmente.

O consumo sustentável surge da alteração das ações e atitudes dos consumidores e da sociedade a qual estão inseridos. As pessoas devem buscar produtos e serviços que atendam suas necessidades básicas e lhe proporcione melhor qualidade de vida, evitando o uso exacerbado dos recursos naturais e a emissão de dejetos no meio ambiente, através do consumo consciente as pessoas podem exercer melhor sua cidadania, ao escolher produtos e serviços que lhe proporcionem bem-estar, sem prejudicar a coletividade.

As pessoas necessitam consumir, para que possam garantir sua existência, todavia o consumo ameaça o bem-estar dos indivíduos e do meio-ambiente, quando se torna o objetivo principal da vida das pessoas. Boa parte dos produtos consumidos são desnecessários para o conforto ou sobrevivência humana, apenas tornam a vida mais agradável e confortável. Não se pode condenar os gastos com estes de produtos, embora possam representar acúmulo de riqueza excedente (GARDNER, ASSADOURIAN e SARIN, 2004).

Dentro do contexto global o consumo consciente é uma alternativa relevante, pois é caracterizado como compra e utilização dos bens e serviços que atendam às necessidades básicas dos indivíduos associado como a minimização da degradação ambiental, à adoção de práticas de consumo sustentável implica na redução do consumo, tratando-se de um padrão que engloba todas as partes do mundo (DIAS e MOURA, 2007).

São verificadas três práticas de consumo: o consumo alienante, o consumo compulsório e o consumo como mediação do bem-viver (MANCINI, 2001).

O consumo alienante é bastante praticado na atual sociedade capitalista e é encarado como fenômeno psicológico, onde se relaciona o estado emocional durante o ato de consumir, as pessoas buscam nas mercadorias mais do que qualidades objetivas, o consumo é uma opção para se alcançar a felicidade, realizações, satisfação de necessidade e superação de obstáculos. Consumidores

carentes de formação educativa não desenvolvem apreciação crítica, se tornam consumistas que geram riquezas para grupos cada vez menores (MANCE, 2001).

Os pobres e os excluídos são enquadrados no consumo compulsório, procuram maximizar seu poder de compra através dos poucos recursos que dispõe, por isso não consomem produtos de grifes e de marcas famosas. Entretanto sempre compram um ou outro produto pelo simples prazer de consumir e não apenas para atender necessidades (MANCE, 2001).

As pessoas que adotam o consumo como mediação do bem-viver, estão focadas nas necessidades pessoais e preservação da saúde, são menos suscetíveis as propagandas, se importam menos com as aparências e imaginários produzidos pelas mídias. Este tipo de consumo requer pessoas sensíveis e preocupadas com a relação e contribuição das pessoas para o bem estar social e a preservação do meio ambiente (MANCE, 2001).

O consumidor pode ser a parte mais suscetível, influenciável e frágil em relação ao consumo, mas no contexto meio ambiente possui poder significativo, pois detém o poder de escolha, poder este que só pode ser exercido de forma efetiva, se os indivíduos tiverem consciência da mesma. A educação ambiental se faz necessária como um meio para construção da cidadania, pois quanto mais educação ambiental receber uma pessoa, maior será sua aptidão para fazer com que seus direitos sejam cumpridos. (CANEPA, 2004)

3. EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO CONSCIENTE

A educação pode ser aplicada de forma mais ampla, a escola tem o poder de transmitir e conservar a cultura, de transmitir conhecimentos considerados universais e formar cidadão para atuar na sociedade, constituir a racionalidade humana, onde o ser humano é construtor de si e do mundo. A escolar deve retirar as pessoas da superstição, da ignorância e egoísmo, assim como construir uma sociedade complexa e democrática (CURY, 2005).

Na Alemanha dos anos 1970, se desenvolve a Pedagogia Crítica que questiona a semiformação e a vincula com determinantes sociais, e abordar os efeitos danosos da indústria cultural nas concepções de Educação e na prática escolar. A Pedagogia Crítica deveria ser uma forma de resistência contra a indústria cultural, e na medida em que a consciência crítica e reflexiva se formasse, os indivíduos poderia averiguar as contradições da vida social (ADORNO, 1979 *apud* VILELA, 2005).

Este tipo de educação é um instrumento efetivo que auxilia superar a opressão exercida, e é um mecanismo que promove a emancipação, a reflexão crítica e a formação cultural dos indivíduos, porém cabe verificar que o mundo neoliberal e globalizado, impõe desafios a Educação, e a Teoria Crítica pode auxiliar na superação do método tecnicista imposto pelo modelo econômico do capitalista, que através de seus padrões de consumo ameaça a sobrevivência e a qualidade de vida da Terra.

Quando o conhecimento é propagado, pelos mais diversos meios de comunicação, a escola possibilita o aumento da possibilidade de acesso à informação. Contudo a escola sofre como consequência da sociedade pós-moderna, e do capitalismo e isto cria um efeito dominó de saturação e carência de objetivos. (LAMPERT, 2005; CALLONI, 2005).

A instituição encontra-se desvalorizada e, muitas vezes, desacreditada, por não conseguir mais atender às necessidades sociais. Para se manter viva, a escola precisa construir um conhecimento que tenha sentido para os alunos – e não apenas informação proporcionando uma formação integral, de valores éticos (LAMPERT, 2005, p. 42-44).

A educação deve conscientizar o cidadão de seu poder de transformar a cultura que esta inserida. Cabe a educação no contexto pós-moderno, o desafio de superar os erros históricos e contribuir para a construção de um planeta sustentável, assegurando os recursos para as próximas gerações (LAMPERT, 2005).

O consumo sustentável deve ser tema desenvolvido nas instituições de ensino, a partir do ensino infantil, passando pelo ensino fundamental e médio até chegar às universidades. Se as instituições de ensino colaborassem na formação do consumidor-cidadão, os indivíduos apresentariam postura diferenciada na hora de consumir, evitando assim o consumo de bens que resultem a exploração inadequada da natureza. A escola deve formar cidadãos que tenham a consciência de que todos os recursos encontrados na natureza são esgotáveis.

A Educação Ambiental é uma ferramenta que pode auxiliar no desenvolvimento de novos valores e hábitos, superando a crise ambiental e construindo uma sociedade sustentável. A Educação Ambiental deve ultrapassar a estrutura curricular fragmentada, e através da inter e transdisciplinaridade, construir uma visão abrangente da realidade.

Os elementos da Teoria Crítica que podem ser aplicadas na prática da Educação ambiental são:

- a) Envolvimento dos diferentes grupos sociais que compõem determinado ambiente ou instituição (escola, comunidade, unidade de conservação, empresa, sindicato, família, etc.) em todas as etapas de um projeto, programa ou ação;
- b) Capacidade coletiva de identificar e resolver problemas;
- c) Intencionalidade no ato educativo, que não é um fenômeno neutro e sim político, baseado em processos críticos e emancipatórios;
- d) Não centralização de distribuição justa de atribuições entre os participantes. Todos são participantes do processo e, apesar das especificidades funcionais, não pode haver hierarquia de poder que expresse a estrutura social e classista da sociedade capitalista;
- e) Superação dicotômica entre sujeito-objeto, homem-natureza, ensino-pesquisa,
- f) Conhecimento constituído pelo diálogo e pelo enfrentamento de posições e idéias;
- g) Capacidade dos envolvidos no processo educativo de relacionarem os problemas ambientais com o contexto social em que se situam, formando a consciência crítica da sociedade e das relações sociais. (LOUREIRO, 2005, p. 328-329)

A construção do conhecimento deve vir através do debate acerca dos problemas ambientais, e contextualizados dentro da realidade de cada indivíduo e na sociedade a qual se encontram inseridos. A Educação Ambiental deve ser balizada no diálogo através de um processo educativo solidário e participativo.

A educação deve focar uma ética equilibrada que se preocupa com as questões ligadas a relação da ação da humanidade e com o planeta. Esta nova ética

deve permitir visão holística ser fundamentada na solidariedade com pessoas e a natureza. (SIRVINSKAS, 2002)

Cabe o poder público promover a Educação Ambiental, A educação ambiental é definida pelo art. 1º da Lei 9.795/99 como o conjunto de processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. O artigo 2º da Lei 9.795/99 assim estabelece: “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.”

A função da Educação Ambiental transpassa a de divulgar conhecimentos, a função reside na formação de uma consciência e de uma ética ambiental, através de processos contínuos e interativos, e inclina-se para a formação da consciência, de atitudes, aptidões, capacidade de avaliação e de ação crítica no mundo, que possibilite a compreensão da relação entre os indivíduos e a natureza, mundo paradigmas, pensamentos, ações e atitudes (RODRIGUES, 2004; MEDINA e SANTOS, 1999).

Os novos hábitos de consumo são oriundos da nova consciência voltada para a preservação ambiental, cabe a educação colaborar para a construção de uma sociedade sustentável, democrática, participativa e socialmente justa, comprometida com as próximas gerações.

A Educação pode fazer com que os consumidores reavaliem seus valores e alterem seus comportamentos, fazendo com que a sociedade estimule valores que apoiem à ética ambiental e desencorajem o consumismo desenfreado que é incompatível com o modelo de vida sustentável (SPINOLA, 2001).

A conscientização ambiental é uma questão de educação e deve ser entendida como a mudança de comportamento, é utilizar os recursos ambientais de forma sustentável, ou seja, consumir o que é produzido sem prejudicar o ambiente para as gerações futuras. A educação conscientiza os seres humanos para os problemas ambientais e é fator determinante para a sensibilização e, conseqüentemente, o comportamento ecológico, fazendo com que se prefiram produtos ecologicamente corretos e tornando-as, assim, consumidores ecológicos, ou seja, aquele que consome produtos que não sejam poluentes, tóxico e contemple benefícios ao meio ambiente e à saúde de si, contribuindo para o desenvolvimento econômico e socialmente sustentável (ARAÚJO, 2003).

As instituições de ensino podem ser atores que sensibilizem e mobilizem através de informações a mudança de comportamento do consumidor, pois através de informações este poderão exercer melhor seu poder de escolha, ou optar por produtos e serviços, cujos fabricantes estão socialmente comprometidos com a preservação do meio ambiente, não compactuar com a ilegalidade, preferir empresas não exploram o trabalho infantil, reclamar os seus direitos, usar o poder de compra para defender o emprego no país, adquirindo produtos nacionais, colaborar para reduzir a quantidade de lixo produzido, evitando o desperdício e a compra de produtos com embalagens inúteis ou que demorem a se decompor, dar preferência a materiais reciclados, saber identificar as empresas que são éticas em seu relacionamento com os consumidores, os trabalhadores, os fornecedores, a

sociedade e o Poder Público, são algumas das ações do consumidor consciente (INMETRO, 2002).

As instituições de ensino podem colaborar para a construção do “consumidor cidadão”, aquele que equilibra as necessidades individuais, as possibilidades ambientais e as necessidades sociais nas três etapas de consumo: compra (escolha), uso e descarte. Cabe ao consumidor consciente reclamar seus direitos, e ter ciência de seus deveres a cumprir e atitudes a tomar, utilizar produtos e serviços que colaborem com a preservação ambiental

Nesse sentido, além de considerar os aspectos de eficiência do produto ou do serviço, o consumidor também considera os impactos sobre o meio ambiente e a sociedade. Estas contribuições fazem com que se tornem mais críticos, exigentes e tomem decisões que valorizem empresas socialmente responsáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho relacionou a Teoria Crítica com a crise ambiental ocasionada pelo capitalismo e mostrou que a dominação existente é consequência de milênios de opressão, que a preservação dos recursos naturais só pode ser obtida através da educação e da auto-reflexão sobre o sistema que esta imposto.

Aceitar sem questionamentos sempre as mesmas idéias, faz com que aja a uniformidade na forma de pensar e que as contradições que são manifestações naturais da dinâmica social, sejam ignoradas.

Os processos educacionais devem ser mais que mera forma de disseminar conteúdos específicos, que são incorporados de técnicas instrumentais destinadas a manter pessoas doutrinadas a agirem de acordo com que é imposto. A educação deve sim fazer com que as pessoas desenvolvam senso crítico do que esta acontecendo para que providências possam ser tomadas em relação ao consumo e seu impacto sobre o meio ambiente

A Educação Ambiental é muito mais que ensinar o consumo sustentável, é uma forma de emancipação na construção da cidadania do individuo, deve proporcionar a crítica que estimule o pensamento, pelo qual se questiona a realidade existente, que por vezes é apresentada de uma forma que não condiz a realidade.

Cabe aos consumidores, que tenha formação crítica, o papel de agente transformador do modelo econômico equilibrado, pois é detentor do poder de escolha, ao se tornarem mais conscientes tendem exigir produtos e serviços, que não prejudiquem o meio ambiente. O consumo sustentável contribui para que as empresas adotem conduta ética e socialmente responsável para se adequar ao este novo paradigma. O consumo consciente deve ser um padrão que abranja todos os níveis de renda e todos os países do mundo.

REFERENCIAL

ADORNO, Theodor W. **Palavras e sinais: modelos críticos** 2. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. **Educação e emancipação**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

- ALVESSON, M.; DEETZ, S. **Teoria Crítica e Abordagens Pós-Modernas para Estudos Organizacionais**. In: CLEGG, S; HARDY, C.; NORD, W. Handbook de Estudos Organizacionais. São Paulo: Altras, 1999. V.1, cap. 8.
- ASHLEY, Patrícia Almeida (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003, 2005
- ARAUJO, M. **Produtos Ecológicos para uma Sociedade Sustentável**. <<http://www.reciclaveis.com.br/noticias/out/090104pd.htm>> , 2003.
- ALTHUSSER, L. Sobre a reprodução. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução: Fernando Tomaz. Título original: Le pouvoir symbolique. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003
- _____. A Economia das trocas simbólicas. Tradução: Sérgio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003
- CALLONI, Humberto. **A educação e seus impasses: um olhar a partir da noção de pós-modernidade**. In: LAMPERT, Ernâni. Pós-modernidade e conhecimento: educação, sociedade, ambiente e comportamento humano. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- CANEPA, Carla. **Educação ambiental: ferramenta para a criação de uma nova consciência planetária**. Revista de Direito Constitucional e Internacional. São Paulo, v. 12, n. 48, p. 158-166, 2004.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Os Fora de Série da Escola**. Campinas: Armazém do Ipê, Autores Associados, 2005.
- DELLA GIUSTINA, Osvaldo. **Participação e solidariedade: a revolução do terceiro milênio II**. Tubarão: Unisul, 2004. FREITAS, Vladimir Passos de. A Constituição federal e a efetividade das normas ambientais. 2. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- DIAS, Genebaldo F. **Pegada Ecológica e Sustentabilidade Humana**. São Paulo: Gaia. 2002.
- DIAS, Sérgio Roberto. et al. **Gestão de marketing**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Editora da UNESP: Editora Bomtempo, 1997.
- FURRIELA, Rachel Biderman. **Educação para o Consumo Sustentável**. Ciclo de Palestras sobre o Meio Ambiente – Programa Conheça a Educação do Cibec/Inep – MEC/SEEF/COEA, 2001.
- HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1997.
- HORKHEIMER, Max. **Eclípsse da razão**. São Paulo, Editora Centauro, 2000.
- HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. 21. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- INSTITUTO AKATU. **Descobrendo o consumidor consciente: uma nova visão da realidade brasileira**. 2004. Disponível em: <<http://www.akatu.org.br>>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. **Consumo sustentável: Manual de educação**. Brasília: Consumers International/MMA/MEC/IDEC, 2005.
- INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL. **Consumo sustentável: Manual de educação**. Brasília: Consumers International/MMA/MEC/IDEC, 2005.

- _____. **Direitos do consumidor; Ética no consumo**. Brasília: INMETRO, 2002. (Coleção educação para o consumo sustentável)
- LAMPERT, Ernâni. Pós-modernidade e educação. In: LAMPERT, Ernâni. **Pós-modernidade e conhecimento: educação, sociedade, ambiente e comportamento humano**. Porto Alegre: Sulina, 2005. p. 11-48.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernado. Teoria Crítica. In: JÚNIOR, Luiz Antônio Ferraro (Org.). **Encontros e Caminhos: formação de Educador (es) Ambientais e Coletivos Educadores**. Brasília: MMA. Diretoria de Educação Ambiental, 2005.
- MAIMON, Dalia. **Passaporte Verde: gestão ambiental e competitividade** – Rio de Janeiro: Qualitymark. 2000.
- MARCUSE, Hebert. **A Ideologia da Sociedade Industrial: o homem unidimensional**, 6. Ed. Tradução Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MEDINA, Naná Mininni; SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 30 Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, v.16,
- MELO NETO, Francisco Paulo; FROES, César. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.
- MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Trad. Paulo Neves. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- MORGAN, G. **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas 1996
- MOUSINHO, Patrícia. Glossário. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003
- OLIVEIRA, P. A. **Marketing verde: vida ou morte para as florestas tropicais?** Integração – A revista eletrônica do terceiro setor, n.14, <<http://integracao.fgvsp.br/>>.
- PENNA, Carlos Gabaglia. **O estado do planeta: sociedade de consumo e degradação ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- PORTER, M. **Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. 20.^a ed., Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- PORTILHO, F. **Consumo “verde”, democracia ecológica e cidadania: possibilidades de diálogo?** <www.rubedo.psc.br>
- RAIBORN, C.A. et al. **A ISO 14000 e o chão-de-fábrica**. *Revista Ambiental*, p. 12-5, jun./00.
- RAMOS, A. G. **Administração e Contexto Brasileiro**. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 1983
- RAPOSO, S. **Consumo consciente: economizar água e energia e comprar produtos ecológicos são algumas maneiras de contribuir com a preservação ambiental**. <www.salveoplaneta.com.br/art_01.htm> (30/maio/2010).
- RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **A educação ambiental no âmbito do ensino superior brasileiro**. In: LEITE, José Rubens Morato; BELLO FILHO, Ney de Barros (org.). *Direito ambiental contemporâneo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- ROMEIRO, Ademar. R. **Economia ou Economia Política da Sustentabilidade**. In: P.MAY, M.C. LUSTOSA & V. VINHA(orgs.): *Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2002.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Meio ambiente e cidadania**. *Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos*. Bauru, n. 35, p. 305-307, ago. 2002.

SPÍNOLA, Ana Luiza. **Consumo sustentável: o alto custo dos produtos que consumimos**. *Revista de Direito Ambiental*. São Paulo, v. 6, n. 24, 2001.

SOFFIATI, Arthur. **Fundamentos Filosóficos e Históricos para o Exercício da Eco Cidadania e da eco educação**. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; VILELA, Rita Amélia Teixeira. **Para Uma Sociologia Crítica da Educação em Adorno e Horkheimer**; apontamentos. In: MAFRA, Leila de Alvarenga; TURA, Maria de Lourdes Rangel (Orgs.). *Sociologia para educadores 2: o debate sociológico da educação no século XX e s perspectivas atuais*. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

THOMPSON, A.A. & STRICKLAND III, A.J. **Planejamento estratégico**: elaboração, implementação e execução. São Paulo: Pioneira, 2003.

WALDMAN, M. & SCHNEIDER, D.M. **Guia Ecológico Doméstico**. São Paulo: Contexto, 2000.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánches. **Filosofia da práxis**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.